



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



LEONCIO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR

**PREPARAÇÃO DOS SOLDADOS EM FORMAÇÃO NA ACADEMIA DA POLÍCIA
MILITAR DE GOIÁS PARA INTERVENÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

GOIÂNIA-GO

2024

LEONCIO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR

**PREPARAÇÃO DOS SOLDADOS EM FORMAÇÃO NA ACADEMIA DA POLÍCIA
MILITAR DE GOIÁS PARA INTERVENÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Renato Gomes Da Silva.

GOIÂNIA-GO

2024

PREPARAÇÃO DOS SOLDADOS EM FORMAÇÃO NA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS PARA INTERVENÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PREPARATION OF SOLDIERS UNDER TRAINING AT THE GOIÁS MILITARY POLICE ACADEMY FOR INTERVENTION IN CASES OF DOMESTIC VIOLENCE

Leoncio Pereira de Souza Junior¹

Renato Gomes Da Silva²

Resumo

Considerando o contexto de violência doméstica, o problema de pesquisa consiste em compreender de que forma os soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás estão sendo preparados para lidar eficazmente com chamados relacionados a essa problemática. O objetivo geral desta pesquisa é examinar e avaliar a preparação dos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás para intervirem em casos de violência doméstica. Adotando uma abordagem qualitativa, foram aplicados questionários a instrutores e soldados em formação, além de uma análise documental dos materiais disponíveis na Academia. Os resultados revelaram que a maioria dos participantes considera a preparação para lidar com violência doméstica como muito importante. As estratégias de treinamento foram amplamente avaliadas como eficazes, assim como a aplicação das diretrizes institucionais. O desempenho dos soldados em simulações específicas de violência doméstica foi predominantemente classificado como muito bom. No entanto, foram identificados desafios, como a complexidade das dinâmicas familiares e a necessidade de recursos para lidar com repercussões psicológicas. Recomenda-se ajustes nas estratégias de treinamento e diretrizes institucionais, bem como a inclusão de abordagens específicas para diferentes tipos de violência doméstica e recursos para o autocuidado dos soldados. Este estudo oferece insights importantes para aprimorar a formação dos profissionais de segurança pública e melhorar a resposta a casos de violência doméstica.

Palavras-chave: Violência doméstica; preparação policial; formação de soldados; estratégias de treinamento; diretrizes institucionais.

Abstract

Considering the context of domestic violence, the research problem consists of understanding how soldiers in training at the Military Police Academy of Goiás are being prepared to effectively handle calls related to this issue. The general objective of this research is to examine and evaluate the preparation of soldiers in training at the Military Police Academy of Goiás to intervene in cases of domestic violence. Adopting a qualitative approach, questionnaires were administered to instructors and soldiers in training, along with a documentary analysis of materials available at the Academy. The results revealed that the majority of participants consider preparation to deal with domestic violence as very important.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: junior.tkt@gmail.com. Telefone: (61)98286-3917.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em EM POLICIA E SEGURANÇA PUBLICA. Telefone: (62) 98150-1170

Training strategies were widely assessed as effective, as well as the application of institutional guidelines. The performance of soldiers in specific simulations of domestic violence was predominantly rated as very good. However, challenges were identified, such as the complexity of family dynamics and the need for resources to deal with psychological repercussions. Adjustments to training strategies and institutional guidelines are recommended, as well as the inclusion of specific approaches for different types of domestic violence and resources for soldiers' self-care. This study provides important insights to enhance the training of public security professionals and improve the response to cases of domestic violence.

Keywords: Domestic violence; police preparation; soldier training; training strategies; institutional guidelines.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um desafio persistente que requer uma resposta eficaz por parte das instituições de segurança pública. A Academia da Polícia Militar de Goiás é fundamental na formação dos futuros soldados, sendo essencial garantir que esses profissionais estejam adequadamente preparados para lidar com situações sensíveis, como chamados de violência doméstica. Este contexto exige uma análise aprofundada das estratégias de preparação adotadas na academia para enfrentar esse tipo específico de desafio operacional.

Esse tipo de violência transcende as fronteiras físicas dos lares, deixando marcas profundas nas vítimas e desafiando as estratégias tradicionais de resposta policial. A intervenção eficaz em casos desse tipo requer não apenas competências técnicas, mas também uma compreensão sensível das dinâmicas familiares e sociais envolvidas. Portanto, é imperativo que a formação dos soldados na Academia da Polícia Militar de Goiás esteja alinhada com as demandas específicas dessas situações, capacitando-os para atuar com discernimento, empatia e eficiência.

A violência doméstica é uma realidade que demanda uma abordagem especializada por parte das forças de segurança, exigindo sensibilidade, empatia e habilidades específicas por parte dos profissionais envolvidos. Portanto, compreender como a Academia da Polícia Militar de Goiás prepara seus soldados em formação para lidar com chamados de violência doméstica é relevante para assegurar uma resposta adequada a essas situações complexas.

A justificativa para este projeto reside na necessidade de aprimorar a formação desses futuros profissionais, identificando lacunas existentes e propondo ajustes necessários nas estratégias e diretrizes adotadas. A pesquisa visa contribuir para a eficácia das

intervenções em casos de violência doméstica, promovendo a segurança e bem-estar das vítimas e a eficácia das ações das forças de segurança nesse contexto específico. A importância social e humanitária dessa temática reforça a relevância e urgência deste projeto de pesquisa na Academia da Polícia Militar de Goiás.

Considerando o contexto de violência doméstica, o problema de pesquisa consiste em compreender de que forma os soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás estão sendo preparados para lidar eficazmente com chamados relacionados a essa problemática. Qual é a eficácia das estratégias, diretrizes e treinamentos existentes? Existem lacunas na preparação que podem comprometer a intervenção nessas situações sensíveis?

O objetivo geral desta pesquisa é examinar e avaliar a preparação dos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás para intervirem em casos de violência doméstica. Dentro dele, os objetivos específicos da pesquisa são:

- Investigar as estratégias de treinamento adotadas na formação dos soldados para lidar com situações de violência doméstica.
- Avaliar a aplicação prática das diretrizes institucionais relacionadas à intervenção em casos de violência doméstica.
- Analisar o desempenho dos soldados em formação em simulações e exercícios práticos específicos desse contexto.
- Identificar as principais dificuldades e desafios operacionais enfrentados pelos soldados ao atender chamados de violência doméstica.

Para conduzir essa pesquisa, uma abordagem qualitativa foi adotada, proporcionando uma visão aprofundada e abrangente da preparação dos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás para lidar com situações de violência doméstica. Foram aplicados questionários com soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás. O objetivo era explorar percepções, estratégias de treinamento, aplicação de diretrizes institucionais e desafios operacionais enfrentados em situações reais. Além disso, uma análise documental minuciosa foi realizada, examinando manuais, diretrizes e registros de simulações para compreender a prática efetiva dessas diretrizes.

2 REVISÃO TEÓRICA

A Lei Maria da Penha enumera diversas formas de violência doméstica, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, sexuais, patrimoniais e morais. Ao mencionar "outras formas" ao final do artigo, o legislador oferece espaço para interpretações amplas, ampliando assim a

proteção à mulher. A violência física, por exemplo, não requer a deixar marcas visíveis na vítima; a simples utilização de força física já caracteriza vias de fato. (Dias, 2008).

No que tange à violência psicológica, também denominada emocional ou verbal, ocorre quando a mulher é humilhada, ameaçada, isolada, controlada e rejeitada pelo agressor. Atitudes que afetam a autoestima, controle de crenças e vontades, causando prejuízos à saúde psicológica, configuram violência psicológica. A concessão de medidas protetivas de urgência não requer parecer médico, sendo o depoimento da vítima suficiente. (Dias, 2008).

A violência sexual, por sua vez, ocorre quando o agressor anula a vontade da vítima por meio de força, ameaça ou coação, forçando-a a participar de relações sexuais contra sua vontade. Além disso, engloba situações como forçar a gravidez, provocar aborto ou envolver a vítima em prostituição através de chantagem ou manipulação. (Dias, 2008).

O art. 7º, inciso IV, caracteriza a violência patrimonial como a subtração ou destruição de bens, direitos e recursos econômicos da vítima. Esta não se limita a aspectos financeiros, abrangendo também objetos pessoais e profissionais essenciais para a vítima. A recusa em devolver objetos pertencentes à vítima configura violência, forçando-a a permanecer em um relacionamento indesejado. (Dias, 2008).

A violência moral ocorre quando a mulher é desmoralizada no âmbito familiar, incluindo calúnia, difamação ou injúria praticada pelo companheiro ou parente próximo. O Código Penal tipifica essas condutas, sendo a pena agravada quando cometidas no âmbito familiar ou em relações íntimas. (Dias, 2008).

Diante de crimes de violência contra a mulher, muitas vezes praticados por homens que se sentem superiores, a vítima busca proteção e justiça em delegacias. Nesse sentido, a Polícia Militar, com o respaldo do Estado Democrático de Direito, tem o papel de impor o que é estabelecido legalmente, incluindo o uso da força quando necessário, proporcionando segurança e proteção à mulher que enfrenta situações de violência doméstica. (Sousa; Minadeo, 2015).

Na maioria dos casos em que ocorrem os delitos previstos na Lei Maria da Penha, é necessário recorrer à força policial, tanto para conter o agressor quanto para lidar com aqueles que desrespeitam as medidas protetivas estabelecidas pelo Juiz. Os artigos 10 a 12 da Lei Maria da Penha delinham a atuação da polícia no atendimento às vítimas de violência doméstica. (Lourenço, 2018).

O artigo 10 destaca não apenas a proteção repressiva, durante a ocorrência da violência, mas também a preventiva, quando, diante da iminência de atos violentos, a autoridade deve prestar assistência à vítima, tomando providências legais imediatas. A Lei

Maria da Penha garante tanto a proteção repressiva quanto a preventiva, encorajando a mulher a buscar ajuda policial ao sentir-se ameaçada por qualquer forma de violência doméstica (Lei Maria da Penha, art. 10º). (Lourenço, 2018).

Após o ocorrido, a mulher busca na polícia um ambiente que proporcione segurança, visando evitar futuras violências. Muitas vítimas, por receio das consequências, hesitam em prosseguir com a denúncia. A legislação determina que vítimas e testemunhas evitem contato com o agressor, assegurando sua integridade física e psíquica. O depoimento deve ocorrer em local apropriado, com a possibilidade de acompanhamento por um profissional especializado em violência doméstica, se necessário. (Lourenço, 2018).

De acordo com Miranda (2021), ao comparecer, a autoridade policial deve tomar as providências legais para garantir a segurança da vítima e iniciar o processo judicial. Informar imediatamente o Ministério Público e o Poder Judiciário é fundamental. Caso haja lesões físicas, sexuais ou psicológicas, a vítima é encaminhada a um hospital ou posto de saúde para avaliação médica, cujo laudo servirá como prova.

Após o registro, se a vítima e seus dependentes estiverem em risco, a polícia providencia transporte para um local seguro, permitindo que a vítima retire seus pertences. É importante informar à vítima seus direitos, disponibilizando serviços de apoio. Esse momento é decisivo para que a vítima escolha as medidas protetivas, decida prosseguir ou não com a denúncia e esteja ciente dos prazos judiciais, incluindo a possibilidade de interrupção da gravidez resultante da violência doméstica. (Lourenço, 2018).

A autoridade policial, após a ocorrência, adota medidas para resguardar a integridade física da vítima. Testemunhas e agressor são ouvidos, e a gravação do depoimento da vítima e os documentos necessários são anexados aos autos. As testemunhas devem apresentar todas as provas cabíveis, incluindo evidências materiais e testemunhais, destacando eventuais pessoas que presenciaram a violência. Após diligências, a autoridade policial envia, em até 48 horas, o pedido de medidas protetivas ao juiz competente, que tomará as providências necessárias. (Lourenço, 2018).

No entanto, Miranda (2021) ressalta que essa ação não prejudica o curso normal do inquérito policial, que deve seguir seu rito regularmente. Para que o pedido de medidas protetivas feito pela autoridade policial seja válido, é necessário que contenha determinados requisitos, tais como: nome da requerente e do agressor, nome e idade dos dependentes, descrição detalhada dos fatos e especificação das medidas pretendidas pela vítima, conforme previstas nos artigos 22 a 24 da Lei Maria da Penha.

O procedimento de envio de um pedido ao juiz para decretar medidas protetivas pode comprometer a segurança da vítima, pois durante esse intervalo, mesmo que breve, podem ocorrer mais agressões verbais ou físicas. Nesse sentido, seria fundamental que, no momento do registro do boletim de ocorrência, a polícia pudesse também determinar medidas protetivas de urgência, garantindo maior segurança para a vítima e seus dependentes e permitindo que ela prossiga no processo com tranquilidade. (Pereira; Ferreira, 2017).

A atuação da Polícia Militar, como parte da segurança pública, é definida pela Constituição Federal, conforme observado no art. 144, § 5º. A segurança pública engloba diversas organizações que atuam diretamente ou indiretamente para preservar a ordem, controlar o crime e prevenir a violência. A Polícia Militar, disciplinada pela Constituição Federal, desempenha o papel de aplicar o direito, tanto na prevenção de ilícitos quanto na manutenção da ordem pública. (Castro, 2015).

Referente à atuação da Polícia Militar Oliveira et al. (2019) afirmam que apesar de formalmente descrita na Constituição, envolve uma ampliação de suas funções, desempenhando um papel significativo na triagem inicial dos indivíduos que precisarão do sistema de justiça. Isso pressupõe uma grande margem de discricionariedade em suas atividades para alcançar eficácia, especialmente na área penal. A discricionariedade oferece à polícia um poder considerável, podendo ser exercido de forma discriminatória e violenta ou, ao contrário, adaptando-se às situações concretas.

Diante da discricionariedade na atuação da Polícia Militar, torna-se imperativo investigar a formação profissional desses profissionais. No contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher, a capacitação dos agentes torna-se fundamental, não apenas na compreensão da Lei Maria da Penha, mas também na necessidade de despir-se de valorações e preconceitos, permitindo que as mulheres em situação de violência acessem efetivamente a justiça. (Sousa; Minadeo, 2015).

Nesse cenário, destaca-se a relevância da atuação e construção da identidade profissional dos policiais militares, o que está diretamente relacionado à sua formação durante o curso preparatório para o exercício de suas funções legais. A instituição proporciona aos aspirantes um curso com métodos e conteúdos predefinidos, visando orientá-los em suas atividades cotidianas. (Lourenço, 2018).

Nessa perspectiva, Miranda (2021) destaca que a segurança pública, compreendida como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é executada para preservar a ordem pública e a integridade das pessoas e do patrimônio, sendo atribuídas às polícias

militares as responsabilidades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, conforme o § 5º do art. 144 da Constituição Federal.

A construção da identidade profissional dos policiais está intrinsecamente ligada aos conteúdos e metodologias dos cursos de formação profissional oferecidos pelas academias de polícia. Contudo, outros elementos, tais como mandato profissional, cultura policial, natureza do trabalho desenvolvido e contexto socioeconômico, político e cultural, sendo essenciais na constituição dessa identidade. (Lago, 2023).

Os futuros policiais, ao ingressarem nos cursos de formação, experimentam uma dinâmica distinta do que estavam acostumados em suas vidas anteriores, desenvolvendo um novo saber muitas vezes dissociado de suas experiências anteriores. Assim, é durante o processo de formação nas academias de polícia que a identidade profissional dos futuros profissionais se molda, baseada no compartilhamento de comportamentos, atitudes, valores, conhecimentos, crenças e habilidades com seus colegas. (Oliveira et al., 2019).

Sousa e Minadeo (2015) ressaltam que o desempenho da Polícia Militar está intrinsicamente ligado à sua preparação, a qual proporciona aos profissionais uma forma específica de agir e pensar, conhecida como "cultura policial". Essa cultura se desenvolve ao longo do treinamento e reflete nos serviços prestados à população. Os centros de formação exercem um monopólio significativo na transmissão dessa cultura durante a formação básica, favorecendo a disseminação de valores e padrões de conduta homogêneos.

A "cultura policial" é caracterizada por conjuntos de valores, normas, perspectivas e práticas compartilhadas pelos policiais, variando de acordo com diferentes fatores como hierarquia, geração de carreira, relação com o público e diferenças de gênero. Ela resulta em características comuns, como a divisão do mundo social em "nós-eles", atitude constante de suspeita, isolamento social e solidariedade entre pares, pragmatismo, visão cínica e pessimista do mundo, conservadorismo político e moral, machismo e preconceito racial, entre outros. (Lago, 2023).

Na percepção de Oliveira et al. (2019) o modelo profissional tradicional do policial, que enfatiza o controle do crime, com reação direcionada principalmente para o confronto e dificuldades na atividade preventiva, na negociação de conflitos e no relacionamento direto com o cidadão. Nos últimos anos, o Brasil tem buscado reformular a identidade profissional dos policiais, direcionando suas atividades para uma maior proximidade com a comunidade e um serviço mais voltado para a prestação ao público. Apesar da importância da formação profissional, a autora destaca a necessidade de mudanças para alinhar a atuação policial aos princípios de uma política de segurança pública democrática.

Ainda nessa perspectiva, Pereira e Ferreira (2017) indicam que a sensibilidade para lidar com casos delicados, como esses, requer não apenas o conhecimento técnico da legislação, mas também a compreensão das dinâmicas psicossociais envolvidas. A ênfase em abordagens preventivas, mediação de conflitos e apoio às vítimas destaca-se como uma evolução necessária na atuação policial.

Vale ressaltar que, embora a formação profissional seja indispensável, a implementação de políticas de segurança pública mais inclusivas e democráticas demanda uma abordagem sistêmica. A promoção da diversidade e a desconstrução de estereótipos, tanto no recrutamento quanto na formação contínua, são passos fundamentais para construir uma força policial mais representativa e alinhada com as necessidades da sociedade contemporânea. (Castro, 2015).

Assim, a revisão constante dos métodos de formação, incorporando novas abordagens pedagógicas e promovendo o diálogo entre a academia, a comunidade e os próprios policiais, é essencial para moldar uma identidade profissional que esteja verdadeiramente comprometida com a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos. Este enfoque contribui não apenas para a eficácia operacional, mas também para a construção de uma imagem policial positiva e confiável na perspectiva da população. (Miranda, 2021).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa para examinar em profundidade a preparação dos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás para lidar com situações de violência doméstica. Para isso, foram utilizados questionários aplicados a instrutores, soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás. O objetivo foi explorar suas percepções, estratégias de treinamento, aplicação de diretrizes institucionais e os desafios operacionais enfrentados em situações reais.

Além dos questionários, realizou-se uma análise documental minuciosa examinando manuais, diretrizes e registros de simulações disponíveis na Academia. Essa análise buscou compreender como as diretrizes eram efetivamente praticadas no ambiente de treinamento.

O procedimento envolveu a distribuição online dos questionários para instrutores e soldados em formação, enquanto os profissionais especializados em violência doméstica responderam eletronicamente. Durante a análise documental, foi conduzida uma revisão sistemática dos materiais, seguindo critérios específicos para extrair informações relevantes.

Os dados coletados foram submetidos a uma análise qualitativa, identificando padrões, temas recorrentes e discrepâncias nas respostas dos participantes. A análise documental, por sua vez, contribuiu para avaliar a implementação prática das diretrizes por meio da categorização e interpretação dos dados encontrados nos documentos analisados.

Para garantir a integridade ética da pesquisa, foram seguidos princípios éticos, assegurando a confidencialidade das respostas e obtendo o consentimento voluntário dos participantes. Limitações potenciais, como a representatividade da amostra e disponibilidade de documentos, foram consideradas na interpretação dos resultados.

O cronograma estabelecido delineou as diferentes fases da pesquisa, desde a coleta de dados até a análise e redação do relatório final. Essa metodologia proporciona uma estrutura completa para investigar o tema, integrando abordagens qualitativas e análise documental para uma compreensão abrangente da preparação dos soldados em formação para lidar com violência doméstica.

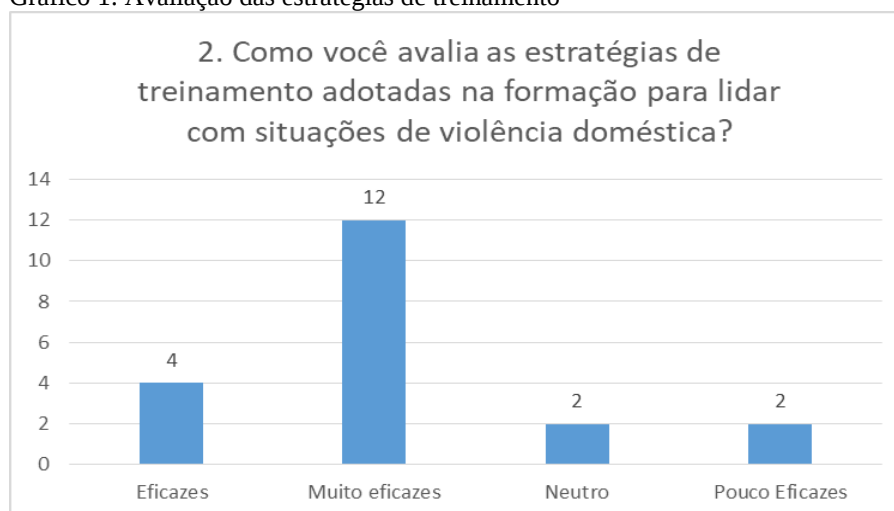
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os seguintes resultados foram obtidos através de uma amostra de 20 participantes, nesse contexto, vale considerar as limitações da pesquisa, diante da baixa representatividade da amostra.

A maioria dos respondentes (18 de 20) considera a preparação para lidar com violência doméstica "Muito Importante". Essa resposta alinha-se com a revisão teórica, que destaca a complexidade e sensibilidade envolvidas na intervenção policial em casos de violência doméstica (Sousa; Minadeo, 2015). A revisão também enfatiza a necessidade de competências específicas e uma compreensão sensível das dinâmicas familiares e sociais (Dias, 2008).

De acordo com o gráfico 1, a maioria dos participantes (16 de 20) avaliou as estratégias de treinamento como "Eficazes" ou "Muito Eficazes". Esse fator sugere uma percepção positiva em relação à abordagem da academia na preparação para lidar com violência doméstica, sendo condizente com Castro (2015) e Lourenço (2018).

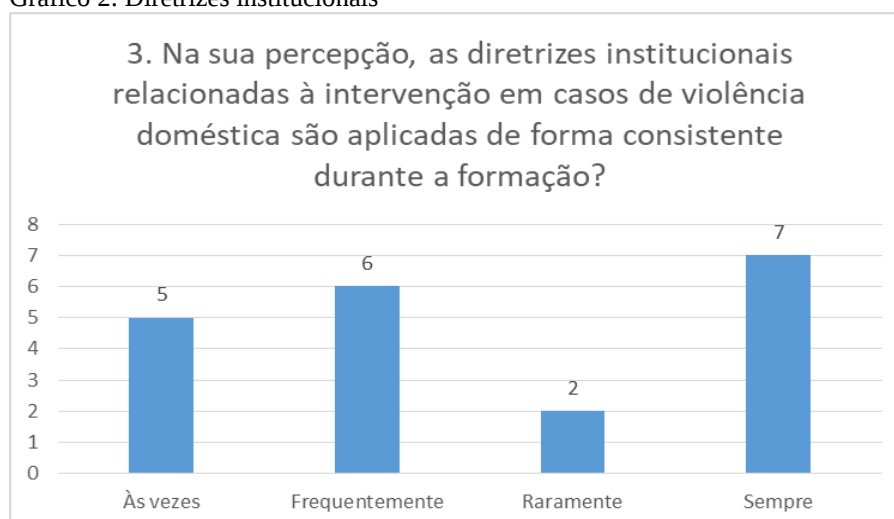
Gráfico 1: Avaliação das estratégias de treinamento



Fonte: O Autor (2024).

O Gráfico 2 aponta a avaliação das diretrizes institucionais revela que a maioria dos respondentes (13 de 20) percebe que as diretrizes são aplicadas "Frequentemente" ou "Sempre". De acordo com Lourenço (2018) essa percepção ressalta que a consistência na aplicação das diretrizes é vital para a eficácia da intervenção policial em casos de violência doméstica.

Gráfico 2: Diretrizes institucionais

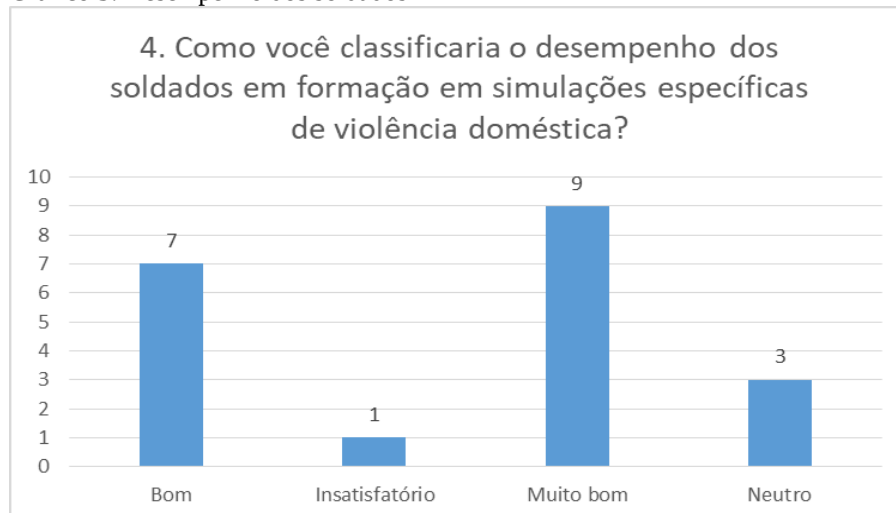


Fonte: O Autor (2024).

O Gráfico 3 apresenta a avaliação do desempenho dos soldados em simulações específicas de violência doméstica revela que nove respondentes classificaram o desempenho como "Muito Bom", enquanto sete consideraram como "Bom". Apenas um participante indicou um desempenho "Insatisfatório". De acordo com Lourenço (2018) os resultados

sugerem uma eficácia geral nas simulações, com destaque para um desempenho muito bom, o que pode ser atribuído à qualidade das estratégias de treinamento adotadas.

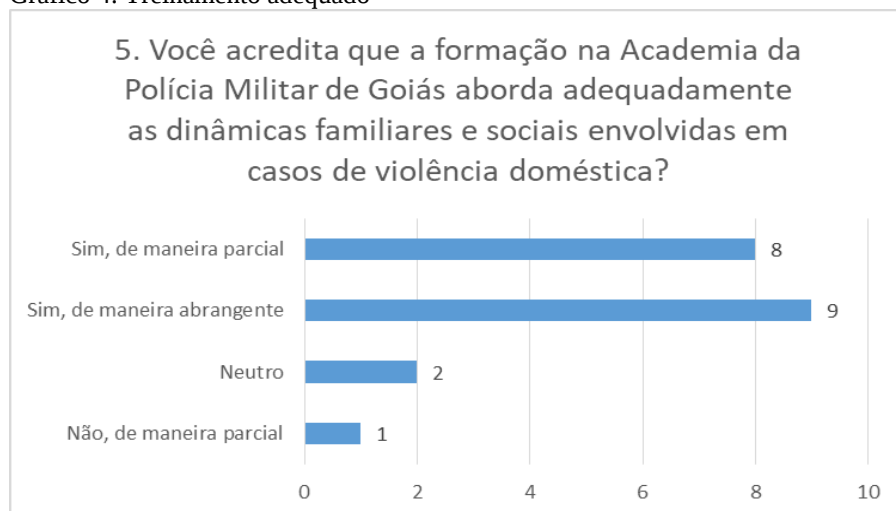
Gráfico 3: Desempenho dos soldados



Fonte: O Autor (2024).

O Gráfico 4 apresenta as respostas indicando que a maioria dos participantes percebe que a formação na Academia aborda adequadamente as dinâmicas familiares e sociais envolvidas em casos de violência doméstica. Nove participantes afirmaram que a abordagem é "Abrangente", enquanto oito a consideram "Parcial". Apenas um participante discorda parcialmente, indicando que a abordagem é feita de maneira parcial. Isso demonstra uma percepção geral positiva quanto à cobertura das complexidades envolvidas nas dinâmicas familiares e sociais (Dias, 2008; Castro, 2015).

Gráfico 4: Treinamento adequado

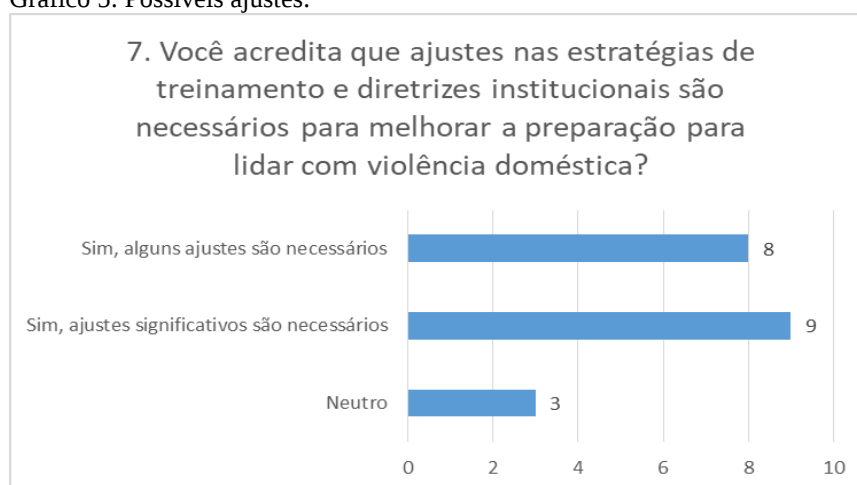


Fonte: O Autor (2024).

A análise das dificuldades e desafios operacionais enfrentados pelos soldados ao atender chamados de violência doméstica destaca a complexidade das dinâmicas familiares como a principal dificuldade, mencionada por 10 participantes. A falta de treinamento adequado também foi mencionada por dois participantes. Esses resultados enfatizam a necessidade de uma compreensão sensível das dinâmicas familiares e sociais, bem como treinamento adequado para lidar com casos de violência doméstica (Dias, 2008; Lourenço, 2018; Sousa; Minadeo, 2015).

O gráfico 5 apresenta que a maioria dos participantes expressou a opinião de que ajustes nas estratégias de treinamento e diretrizes institucionais são necessários para melhorar a preparação para lidar com violência doméstica. Nove participantes afirmaram que "ajustes significativos são necessários", enquanto oito indicaram que "alguns ajustes são necessários". Esses resultados destacam a importância da constante revisão e adaptação das estratégias de treinamento para melhor atender às complexidades da violência doméstica (Miranda, 2021; Lourenço, 2018).

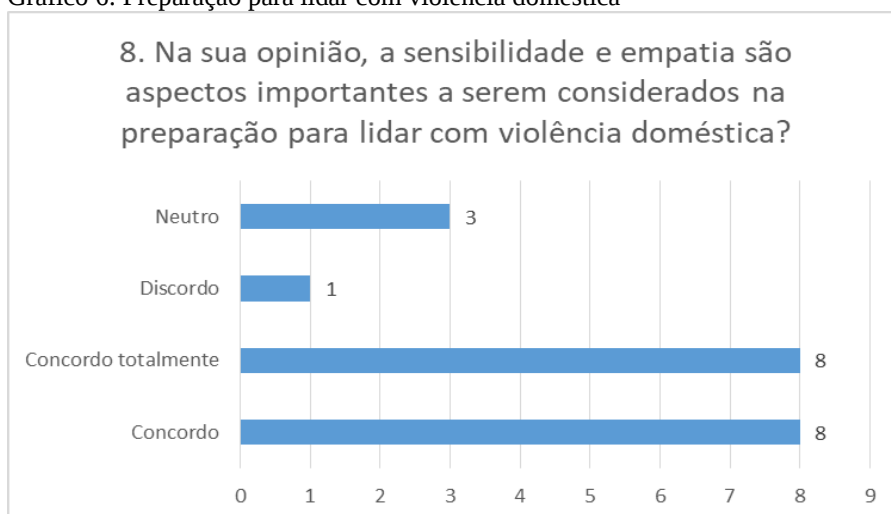
Gráfico 5: Possíveis ajustes.



Fonte: O Autor (2024).

O Gráfico 6 apresenta a análise das respostas sobre a importância da sensibilidade e empatia na preparação para lidar com violência doméstica mostra uma clara concordância por parte da maioria dos participantes. Dezesesseis participantes concordaram totalmente ou concordaram que esses aspectos são importantes. Essa percepção está alinhada com a revisão teórica, que enfatiza a necessidade de uma abordagem sensível e empática ao lidar com vítimas de violência doméstica (Dias, 2008; Pereira; Ferreira, 2017).

Gráfico 6: Preparação para lidar com violência doméstica



Fonte: O Autor (2024).

Ademais, os participantes reconhecem a necessidade de ajustes nas estratégias de treinamento e diretrizes institucionais, enfatizando a importância da sensibilidade, empatia e abordagens específicas para diferentes tipos de violência doméstica. Essa compreensão destaca a complexidade dessas situações e a importância de uma formação abrangente para os profissionais da área de segurança pública (Miranda, 2021; Dias, 2008).

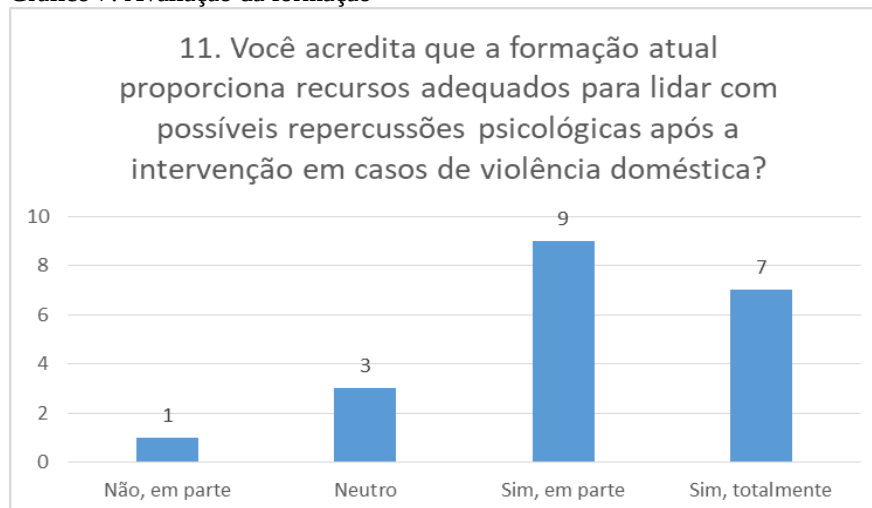
A maioria dos participantes acredita que a formação deveria incluir abordagens específicas para diferentes tipos de violência doméstica. Onze participantes consideram "essencial" e nove "importante" incluir essas abordagens. Esses resultados estão em sintonia com, que Dias (2008), Sousa e Minadeo (2015) destaca a necessidade de considerar as diversas formas de violência doméstica, como aquela direcionada a crianças, idosos ou parceiros íntimos.

Os resultados indicam que a maioria dos participantes percebe como "muito importante" o papel do diálogo e da comunicação eficaz na abordagem de situações de violência doméstica. Quatorze participantes expressaram essa visão, enquanto seis consideraram "importante". Essa percepção está alinhada com a revisão teórica que destaca a comunicação empática como essencial na interação com vítimas de violência doméstica (Socorro, 2016; Lourenço, 2018).

Quando questionados sobre se a formação atual proporciona recursos adequados para lidar com possíveis repercussões psicológicas após a intervenção em casos de violência doméstica, a maioria dos participantes indicou que a formação é parcialmente eficaz. Nove participantes responderam "Sim, em parte", enquanto sete responderam "Sim, totalmente", de acordo com o Gráfico 7. Isso evidencia a necessidade de reforçar abordagens psicológicas na

formação para melhor lidar com as complexidades emocionais pós-intervenção (Lago, 2023; Castro, 2015).

Gráfico 7: Avaliação da formação



Fonte: O Autor (2024).

Referente às respostas sobre fatores relevantes a serem incorporados à formação revela uma diversidade de opiniões. As opções mais mencionadas foram "Técnicas de mediação de conflitos", citada por oito participantes, e "Estratégias de autocuidado para os soldados", mencionada por três participantes. Esses resultados estão em consonância com a revisão teórica, que destaca a importância de técnicas de comunicação e cuidado pessoal na formação policial (Oliveira et al., 2019; Sousa; Minadeo, 2015).

Os resultados indicam uma compreensão por parte dos participantes sobre a importância do diálogo, comunicação eficaz, e a necessidade de recursos para lidar com repercussões psicológicas. As sugestões para inclusão de técnicas de mediação de conflitos e estratégias de autocuidado alinham-se com as recomendações da revisão teórica, reforçando a importância desses elementos na formação dos soldados para lidar com a violência doméstica (Oliveira et al., 2019; Lourenço, 2018).

O objetivo geral deste estudo era explorar a preparação dos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás para lidar com situações de violência doméstica. Ao analisar os resultados, é evidente que a formação dos soldados sobre esse tema é percebida como uma questão de grande importância pelos participantes, conforme expresso em suas respostas sobre a relevância da preparação para lidar com violência doméstica.

Os participantes, em sua maioria, avaliaram as estratégias de treinamento como eficazes ou muito eficazes. Isso sugere que as abordagens utilizadas na formação são

consideradas apropriadas, alinhando-se ao objetivo de investigar as percepções sobre as estratégias de treinamento adotadas.

A análise das respostas indica uma diversidade de percepções quanto à consistência na aplicação das diretrizes institucionais. Enquanto alguns participantes indicaram uma aplicação frequente e consistente, outros mencionaram variações. Isso reflete a complexidade da implementação prática das diretrizes, conforme proposto no segundo objetivo específico.

A maioria dos participantes avaliou positivamente o desempenho dos soldados em simulações específicas de violência doméstica. Essa resposta sugere que a formação oferecida na Academia aborda adequadamente as dinâmicas envolvidas nessas situações, reforçando o terceiro objetivo específico.

As dificuldades e desafios operacionais identificados pelos participantes, como a complexidade das dinâmicas familiares e as emoções intensas, corroboram com o quarto objetivo específico. Essa compreensão aprofundada dos desafios enfrentados na prática é essencial para ajustar as estratégias de treinamento.

O problema de pesquisa centrava-se na eficácia da preparação dos soldados para lidar com violência doméstica. Os resultados obtidos apontam para a necessidade de aprimoramentos na formação, sugerindo que ajustes significativos ou alguns ajustes são percebidos como necessários pelos participantes, conforme discutido nas questões 7 e 9.

Os resultados desta pesquisa indicam uma compreensão sólida das percepções, desafios e avaliações dos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás em relação à violência doméstica. A discussão alinhada aos objetivos e ao problema de pesquisa fornece dados importantes para ajustes na formação, destacando a importância do diálogo, comunicação eficaz, técnicas de mediação de conflitos e estratégias de autocuidado.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa revelou uma série de percepções e desafios enfrentados pelos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás no que diz respeito à preparação para lidar com situações de violência doméstica. A maioria esmagadora dos participantes reconheceu a importância fundamental da preparação para intervir em casos de violência doméstica, destacando a sensibilidade e a complexidade inerentes a essas situações. Além disso, a avaliação positiva das estratégias de treinamento e do desempenho dos soldados em simulações específicas reflete a eficácia das abordagens adotadas pela Academia.

Os resultados evidenciam a importância crítica atribuída pelos participantes à preparação para intervir em casos de violência doméstica. A sensibilidade e a complexidade dessas situações foram amplamente reconhecidas, destacando a necessidade de uma abordagem holística e empática por parte dos profissionais de segurança pública.

No entanto, os desafios identificados, como a complexidade das dinâmicas familiares e a necessidade de recursos para lidar com repercussões psicológicas, ressaltam a importância de uma formação abrangente e sensível. É essencial reconhecer que o enfrentamento da violência doméstica exige uma resposta multifacetada e coordenada, que vai além da mera aplicação de técnicas policiais tradicionais. Portanto, as recomendações resultantes deste estudo têm o potencial de informar políticas, práticas e programas de formação que visam melhorar a capacidade dos profissionais de segurança pública de responder de forma eficaz a esse sério problema social.

Nada obstante, este estudo contribui para uma compreensão mais profunda das necessidades e desafios enfrentados pelos soldados em formação na Academia da Polícia Militar de Goiás no contexto da violência doméstica. Espera-se que as informações e recomendações aqui apresentados inspirem ações concretas e orientadas para o futuro, visando garantir a segurança e o bem-estar das vítimas de violência doméstica e o eficaz cumprimento do dever das forças de segurança pública.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Flávio Barbosa. Estado, Políticas Públicas e Gênero: a Polícia Militar do distrito federal e sua atuação preventiva na proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista Ciência & Polícia**, v. 3, n. 1, p. 22-35, 2015.

DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: RT, 2008.

LAGO, Aldina de Santana. **Violência doméstica contra a mulher**: um estudo de representações sociais com policiais militares. 2023. 114p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Saúde) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, 2023.

LOURENÇO, Alexandra. Entre avanços e retrocessos: A atuação policial no atendimento a violência doméstica no Paraná. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 9, n. 2, p. 103-128, 2018.

MIRANDA, Wesley Gomes. **Lei Maria da Penha**: a importância da atuação policial na violência doméstica. 2021. Número total de folhas 33. Trabalho de Conclusão de Curso de Formação de Oficiais CFO/PMDF – Academia de Polícia Militar de Brasília, Brasília, 2021

OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho et al. A Formação Dos Policiais Militares Para Atuação Nos Casos De Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher: Discutindo Acesso À Justiça Na Cidade De Salvador-Ba. **Interfaces Científicas-Direito**, v. 7, n. 3, p. 53–68-53–68, 2019.

PEREIRA, Eduardo Godinho; FERREIRA, Glícia Araujo. A violência doméstica contra a mulher sob a ótica da vitimização repetida: uma análise da atuação do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica. **O Alferes**, v. 27, n. 71, 2017.

SOCORRO, T. C. Direitos humanos da mulher: considerações acerca o desconhecimento da lei maria da penha. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais** Aracaju v.4, n.3, p. 21 – 32, 2016.

SOUSA, M. A.; MINADEO, R. Policiamento orientado para atendimento a violência doméstica e minorias. Artigo original – **Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**, Brasília, p. 202. 2015.